





Material para um debate de sociologia

Documento 01

Orientações

→Documento elaborado por Jacob (J.) Lumier, em Março de 2012



O autor Jacob J. Lumier

Plano do documento:

- (A) ► Linhas básicas das oficinas
- (B) ► Linhas básicas para a Sugestão de tema nº01
- (C) ► Linhas básicas do Texto subsídio ao Tema 01
- (D) ► Textos
- (D.1) ► Texto completo em subsídio ao Tema 01



Preparação das Oficinas

Documento 01

Orientações

(A) ► Linhas básicas das oficinas

Tema eixo:

Sociologia e Solidariedade

As oficinas em pauta compartilham a aspiração em contribuir para relacionar as questões ecológicas, sociais e democráticas, diante das orientações conservadoras que não alteram o *status quo* nem tocam no modelo produtivista e consumista que já esgotou a capacidade de recarga do planeta.

O problema da relação entre sociologia e solidariedade, como vocação de sociólogos, será debatido sob os diversos aspectos e questões que suscita, e teremos em vista a subjetividade, a dominação e a emancipação.

Nos resultados de nossas atividades, pretendemos chegar a uma conclusão que tenha aplicação nos princípios de Responsabilidade Universal.

► Um problema sociológico na desmontagem do produtivismo.

Ter em vista a subjetividade, a dominação e a emancipação significa compreender que a desmontagem do produtivismo implica vários níveis, e um dentre estes diz respeito a certos efeitos negativos diferenciados no âmbito da civilização técnica, como universal analogia de todo o produzido massivamente, coisas e homens.

Vale dizer, há um problema sociológico não artificial, mas relevante, já apontado na sociologia crítica da culturaⁱ, ao século vinte, que surge em decorrência do culto do instrumento.

O termo “Culto”, aqui empregado no sentido de lembrar uma prática de adoração, é válido porque, no exagero da civilização técnica, *o instrumento é tomado como separado de toda a destinação objetiva* – incluindo a afecção fetichista em possuir perfeitos equipamentos de toda a natureza.

Notem que o culto do instrumento abrange mais do que os recursos inertes, mas inclui a manipulação técnica (controle) da subjetividade e aspirações humanas, como veremos especialmente em nossa crítica da *vantagem diferencial* como mecanismo do sistema das desigualdades em um regime capitalista dado.

Vale dizer, o culto do instrumento levou ao desaparecimento da contraposição do que hoje em dia chamam bens culturais intangíveis, por um lado e, por outro lado, a natureza como paisagem, como criação sem dominar mais além da sociedade, termos esses dos quais se concebia, como tema central da filosofia burguesa e à maneira do romantismo mítico, a suprema reconciliaçãoⁱⁱ, o absoluto de toda a aspiração.

Em consonância com o desaparecimento do tema reconciliador, desponta o esquema de uma dessubjetivação pura, como *problema sociológico*, no caso, o problema de equacionar os planos de certas *involuções* já existentes no cotidiano da civilização técnica e da sociedade em regime avançado do capitalismo organizado.

A hipótese da crítica da cultura é com certeza bastante operativa e será levada em conta em nossas atividades, a saber: para a dessubjetivação concorrem involuções que tendem a se converter em disposições utilitárias, isto é, prestam serventia na cultura de massa, seja (a) como maneira de organizar e harmonizar as necessidades, seja (b) como maneira de cristalizar o tempo livre em um *Standard* do infantilismo (os modos infantis), através das grandes mídias como o cinema e a televisão.

Certamente, o alcance desse Standard faz mais impactante a dessubjetivação e deixa os indivíduos e grupos mais subservientes, já que é a tal Standard do infantilismo que se identificam os sujeitos/objetos em alguns de seus modos mais espessos, seguintes: (a) em sua incapacidade para perceber e pensar o que não é como eles mesmos; (b) em sua autossuficiência cega de sua própria existência; (c) em sua imposição da pura utilidade subjetiva.

Finalmente, será com atenção ao alcance e aplicação do mencionado esquema de uma dessubjetivação pura, como problema sociológico, que desenvolveremos nossa crítica das desigualdades sociais.

Preparação das Oficinas

Documento 01

Orientações

(B) ► Linhas básicas para a Sugestão de tema nº01

Foco principal:

→O problema das desigualdades sociais na perspectiva do fim dos contrastes entre opulência e pobreza.

1. A cúpula dos povos na Rio+20 instaura o marco em que a relação entre sociologia e solidariedade implica ligar **as questões ecológicas, sociais e democráticas, diante das orientações conservadoras que não alteram o status quo nem tocam no modelo produtivista.**
2. Do ponto de vista dos que sofrem os efeitos da mercadorização das relações humanas tornou-se impossível permanecer inerte diante do estado de coisas. A exigência de questionamento do produtivismo revelou-se uma atitude conforme aos princípios de responsabilidade universalⁱⁱⁱ, na medida em que põe em relevo os diversos aspectos da subjetividade individual e coletiva afirmada na aspiração aos valores ideais.
3. Como se sabe, a mercadorização, a ingerência do lucro dominando como um absoluto não somente as atividades produtivas, mas os esforços coletivos que servem ao bem-estar, à melhoria da qualidade de vida, à defesa da natureza e do planeta implica um dispositivo praticista que, para sua imposição, exige e perpetua as desigualdades sociais.
4. Em compensação, é possível fazer contrapeso a tal dispositivo de controle capitalista, somando esforços junto com as indispensáveis plataformas de conjunto do altermundialismo, dentre as quais se destaca a defesa de uma taxa forte sobre as transações financeiras, com impacto desestimulante sobre a especulação (em vista de somar recursos para combater a pobreza em escala global^{iv}).
5. Para fazer contrapeso, basta ter em conta que uma das maneiras disponíveis de afirmação da solidariedade do sociólogo passa pela desmontagem das categorias que reduzem a estratificação social ao *estatus quo*, incumbindo

fomentar a renovação dos estudos das desigualdades para além dos mecanismos em que o sistema capitalista as reproduz indefinidamente.

6. Neste sentido, devem levar em conta o problema das desigualdades propriamente sociais e empreender a crítica da distribuição e procura de "**vantagem diferencial**"^v, categoria esta que, funcionando em detrimento das aspirações ao bem-estar e ao bem viver, se revela um mecanismo de serventia unilateral, orientado unicamente para descrever o eficiente desempenho do sistema capitalista.

7. Por contra, o que imprime às desigualdades o carácter propriamente social é, como se sabe, *o impulso para a alteração e mudança em profundidade de seus próprios quadros*, cuja percepção implica colocar em perspectiva o fim dos contrastes entre opulência e pobreza.



Preparação das Oficinas

Documento 01

Orientações

(C) ► Linhas básicas do Texto subsídio ao Tema 01

Título:

► O problema das desigualdades propriamente sociais e a crítica do critério de distribuição e procura de “vantagem diferencial”.

Ementa:

► A aplicação da *vantagem diferencial* nos estudos sobre desigualdades reforça o *estatus quo* e deve ser questionada como mecanismo de controle capitalista e estandardização cultural.

Justificativa do texto subsídio ao tema 01

1. O estudo sociológico das desigualdades deve situar-se para além da simples descrição dos mecanismos da vantagem diferencial. Para obrar com alcance crítico, deve ser empreendido com atenção a certos efeitos recorrentes da civilização técnica no plano da psicologia coletiva, notadamente, a dessubjetivação.

2. Quando centrado nos mecanismos da vantagem diferencial, o estudo sociológico corre o risco de limitar-se à reificação dos papéis e posições sociais, com o que acrescenta um aval teórico ao controle capitalista das aspirações humanas ao bem-estar (mercadorização).

3. Embora a especificidade das desigualdades seja de ordem econômica, onde são recorrentes e, em sua dinâmica, concorrem como fatores do desenvolvimento, trata-se de um fenômeno propriamente social – traço característico da estrutura de classes – que, como todo o fenômeno social, está em marcha para o fim, sofre alterações nos seus próprios quadros e traz em si a mudança em perspectiva.

4. A inclusão do efeito de dessubjetivação, oriundo da civilização técnica, como fator de explicação da recorrência do controle capitalista permite enfocar as desigualdades em escala global e, notadamente, ao pôr em relevo o amplo alcance da psicologia coletiva, coloca em perspectiva o fim dos contrastes entre opulência e pobreza, ampliando a compreensão dialética das desigualdades.

Resumo:

1. A *vantagem diferencial* não passa de uma conversão da categoria “preço”, e não tem alcance determinista sociológico. Ao esgotar-se na percepção de eficácia da imposição das desigualdades como um controle racional (domínio que se constitui por si e se desenvolve voltado para seu próprio equilíbrio lógico, tornando-se um controle cada vez mais denso), a *vantagem diferencial* não serve como critério de estratificação propriamente *social* por deixar de lado o impulso para a alteração e mudança em profundidade de seus próprios quadros, que caracteriza todo o fato social.

2. Do ponto de vista da inserção de indivíduos e grupos, a *vantagem diferencial* se aplica a todas as coisas que contam pontos em um *curriculum vitae* ou em portfólios. Essa aplicação de caráter econômico se traduz nos conceitos de “capital social”, “capital humano” (inclui o “capital intelectual”) e “capital cultural”, utilizados como critérios para medir as desigualdades com alcance na economia (desigualdades de oportunidades, de níveis de vida, de acesso aos conhecimentos, bens e valores desejados, de realizações pelo trabalho, no exercício dos direitos sociais e das liberdades, etc.) e relacioná-las em hierarquias variadas, a fim de descrever um sistema estratificado característico de um dado regime capitalista (estratos econômicos e sociais).

3. A aplicação preferencial da *vantagem diferencial* como categoria de análise do funcionamento capitalista refere-se à realização do valor econômico na *comercialização* dos produtos, implicando “*otimização*” do *preço com a qualidade*, em uma suposta e desejada relação de concorrência, e foi proposta pelo economista americano Michael E. Porter em seu influente livro “*Vantagem Competitiva*” (Competitive Advantage), Editora Campus, 12ª edição.

4. Em face da eficiência na aplicação da *vantagem diferencial* para descrever o funcionamento de um sistema de estratos econômicos e sociais no âmbito de um regime capitalista, e a aparência de sociologia positiva que daí decorre, o presente texto subsídio lança algumas linhas para resgatar a aí esquecida vocação solidária da atividade do sociólogo e, por esta via, visa destacar que o enquadramento capitalista das desigualdades em um sistema que as reproduz indefinidamente, em nome do desenvolvimento, revela uma disposição negativa que deve ser criticada e denunciada como *mercadorização* das relações humanas.

Preparação das Oficinas de SSFL na Cúpula dos Povos em 17 e 19 de Junho

Documento 01

Orientações

(D) ► Textos

(D.1) ► Texto completo em subsídio ao Tema 01

Título

► O problema das desigualdades propriamente sociais e a crítica do critério de distribuição e procura de “vantagem diferencial”.

Epígrafe

As classes subalternas estão mais expostas ao processo geral de subordinação em razão dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, notadamente os mecanismos de busca e distribuição da vantagem diferencial, bem como o receio do desemprego, que impulsiona para a subordinação, notando que é através desses mecanismos de psicologia coletiva que o controle pelo capitalismo tem eficácia.



(D.1) ► *Texto completo em subsídio ao Tema 01*

► *O problema das desigualdades propriamente sociais e*

A crítica do critério de distribuição e procura de "vantagem diferencial".

Sumário

→Uma Imagem de destino que dissimula.....	14
→Um saber da contradição entre Campo e Cidade.....	14
→Atitude não crítica.....	14
► O saber estabelecido sobre as desigualdades sociais.....	15
Em contexto de capitalismo organizado.....	15
► Desigualdades e Condicionamento.....	16
Notas críticas sobre a distribuição de vantagem diferencial como mecanismo de controle capitalista e estandardização cultural.....	16
→Redução pelo utilitarismo normativo.....	16
→Reificação e função de representação no psiquismo da estrutura de classes.....	17
→O processo de unilateralização.....	18
→A sabedoria de frieza na contradição do complexo de impotência.....	19
→A satisfação das necessidades e a disposição praticista.....	20
→A função conservadora da vantagem diferencial.....	20
→A vantagem diferencial no esvaziamento das significações humanas.....	22
► Os caminhos de uma crítica.....	22
► A Vantagem Diferencial como Condicionamento e a Produção do Complexo de Impotência.....	23
→O fato da ataraxia suscita o problema do complexo de impotência.....	23
O Complexo de Impotência.....	24
A cultura de massa organiza o tempo livre para fazer deste um standard do infantilismo.....	25
Impotência e Condicionamento.....	26
A arcaica ilocuidade.....	26
Glossário (Notas Complementares).....	27
► Nota sobre o Produtivismo.....	27
► Nota sobre o bem-estar.....	29
► Nota sobre o controle do sistema financeiro.....	29
► Nota sobre o utilitarismo normativo.....	30
► Nota sobre Reificação.....	30
► Nota sobre a transformação das necessidades.....	32
► Nota sobre os princípios de responsabilidade universal.....	33
Perfil do autor.....	35
Notas de fim.....	36

(D.1) ► *Texto completo em subsídio ao Tema 01*

► *O problema das desigualdades propriamente sociais e a crítica do critério de distribuição e procura de “vantagem diferencial”.*

► O Saber da Burguesia

- Na origem, a crítica sociológica das desigualdades econômicas e sociais^{vi} relaciona o saber da burguesia como aceitação da especialização estreita, implicando uma estratégia que justifica dissimulando e dissimula justificando.

→ Uma Imagem de destino que dissimula.

De fato, a perpetuação das desigualdades econômicas e sociais tem origem em uma falsa crença na irredutibilidade da divisão capitalista do trabalho que, no começo do século vinte, projetou um saber com as seguintes características:

(a) representou a especialização cada vez mais estreita na divisão capitalista do trabalho pelo que devia ser o romântico “*destino da nossa época*”;

(b) propagou tal imagem de destino que dissimula o fenômeno de dominação expresso nas desigualdades sociais, e, ao mesmo tempo, as justifica como questões sociais e históricas.

→ Um saber da contradição entre Campo e Cidade.

O saber da burguesia na época da decadência do liberalismo, que se nota no início do século XX (anos de 1920), é cotejado e integrado no conjunto da divisão do trabalho em regime capitalista, posto em correlações funcionais com o todo social que impulsiona a estrutura de classes, de tal forma que se revela um saber das duas situações críticas do capitalismo, as regularidades tendenciais negativas da estrutura de classes:

- (1) – a contradição entre o campo e a cidade e,
- (2) - a separação entre o trabalho físico e o trabalho intelectual.

→ Atitude não crítica.

Em suas representações de cientificidade e de romantismo, o saber da burguesia preservará uma atitude *acrítica* em relação àquelas duas tendências negativas da estrutura.

Daí deixar despercebida que a separação do trabalho espiritual leva a tipos particulares de especialistas com sua psicologia peculiar, como a psicologia dos juristas, dos técnicos, etc., e que essa separação vai além da estrutura de classes, constituindo um elemento psicossociológico do próprio tipo de fenômeno do todo da sociedade capitalista concorrencial e de sua estrutura global, de tal maneira que penetra na “*alma*” de cada homem, e provocam fundas deformações – as quais por sua vez *aparecem, depois, de diversas maneiras nas distintas manifestações do caráter desses grupos sociais mais humanos como a família, os grupos locais, as oficinas e fábricas, etc.*

► O saber estabelecido sobre as desigualdades sociais Em contexto de capitalismo organizado.

A mudança de contexto das desigualdades sociais na segunda metade do século XX é marcada pelo fato de que o mundo da comunicação, disseminando a reprodução do Sempre Igual da produção em massa – a standardização dos símbolos sociais –, veio a ser imposto sobre a vida social em correlações com os mecanismos da autorregulação do capitalismo organizado, predominante desde os anos quarenta, quando se constata o fim definitivo da economia de mercado liberal e tem lugar a hegemonia burguesa que aí está, agravada com um neoliberalismo orientado para implantar um [sistema financeiro](#) todo poderoso sem nenhum controle social real^{vii}.

Lembrem que, desde os anos 40/50, deixou de existir definitivamente o mercado da economia liberal, que cedeu lugar ao papel regulador do Estado através de políticas econômicas, inclusive com políticas de incentivo ao investimento (Livre Mercado!!!), associadas ao fortalecimento de organismos multilaterais de cooperação comercial, a exemplo da OCDE.

Quando se fala em regulação do capitalismo em sentido geral, consideram os esforços para evitar agravamento das crises: política fiscal (keynesianismo), política cambial, sistema e regulação financeira, sistema de bancos centrais (política monetária), basicamente. O Federal Reserve Bank, dos EUA, primeiro Banco Central, foi criado em 1913, na sequência da crise de 1907 – semelhante à grande depressão dos anos de 1930 –, dando início ao Federal Reserve System, foco da política monetária das nações, que, na mencionada década de quarenta, possibilitou a reconstrução mundial.

Além disso, o culto do instrumento tomado como separado de toda a destinação objetiva – incluindo a afecção feticista em possuir perfeitos equipamentos de toda a natureza –, no âmbito da civilização técnica, como a universal analogia de todo o produzido massivamente, coisas e homens, levou ao desaparecimento da contraposição do que hoje em dia chamam bens culturais intangíveis, por um lado e, por outro lado, a natureza como paisagem, como criação sem dominar mais

além da sociedade, termos esses dos quais se concebia, em maneira mítica, a suprema reconciliação^{viii}.

► Desigualdades e Condicionamento

Notas críticas sobre a distribuição de **vantagem diferencial** como mecanismo de controle capitalista e estandardização cultural.

Nesse contexto de um mundo estandardizado, o estudo das desigualdades sociais desde o ponto de vista da procura e distribuição de **vantagem diferencial** é realmente bastante injusto para com os indivíduos e os grupos, dessa maneira reduzidos a qualidades reificadas.

Trata-se de uma abordagem por economistas conservadores desprovidos de qualquer sentido de solidariedade, já que fazem valer as expectativas cristalizadas de um comportamento econômico, ou melhor, do “*ganhar mais*”, em detrimento das [aspirações ao bem-estar](#).

Quer dizer, toma-se, equivocadamente, uma projeção exterior à consciência coletiva, tal qual a **vantagem diferencial**, que não passa de uma conversão da categoria “preço”, como se tivesse um alcance determinista estrutural, estabelecendo a partir desta *coisa* os conceitos de “capital social”, “capital humano” (inclui o “capital intelectual”) e “capital cultural”, utilizados como critérios de procura e distribuição de **vantagem**, cuja aplicação preferencial, na verdade, refere-se à realização do valor econômico na *comercialização* dos produtos, implicando “*otimização do preço com a qualidade*”, em uma suposta e desejada relação de concorrência^{ix}.

→ Redução pelo utilitarismo normativo

O saber estabelecido sobre os estudos das desigualdades sociais, como referidas à realização do valor econômico na *comercialização* dos produtos, implicando “*otimização do preço com a qualidade* – **vantagem diferencial** –, revela-se um coerente saber das hierarquias industriais – financeiras.

Desde o ponto de vista de *vantagem diferencial*, o termo “desigualdades sociais” vem carregado de pré-significações econômicas, e traz consigo certa terminologia prestante para disfarçar a hegemonia do capitalismo financeiro organizado, tratando as desigualdades sociais em termos de uma “[economia de mercado](#)”^x que já deixou de prevalecer no mundo estandardizado.

Desta forma, descreve-se unicamente o desempenho da dominação capitalista, com a suposta dinâmica das desigualdades sociais sendo fomentadas, em fato, pelas hierarquias industriais - financeiras tomadas como agências não de uma suposta concorrência que, em realidade, não passa de distribuição materialmente incentivada (empreendedorismo, competitividade), mas sim reprodutoras do *Sempre Igual* da produção em massa.

Daí, a análise pela *vantagem diferencial*, ao invés de crítica à hegemonia burguesa pelo capitalismo financeiro organizado e dirigista, com seu mundo estandardizado, chega à “conclusão” previamente estabelecida de que o sistema das organizações empresariais inclui a dinâmica das desigualdades em estratificação por níveis de renda, e que isto seria um fator positivo do desenvolvimento.

Trata-se de uma [redução](#) pelo utilitarismo normativo^{xi} em que o quadro de referência global do capitalismo com seu mundo estandardizado vem a ser substituído por um de seus *fetiches*, isto é, a “*vantagem diferencial*”. Desta forma, nada mais faz do que reencontrar a ilusão dos neoliberais ao proclamarem seu delírio pró mercadorização das relações humanas (tornando-as fatores de lucro) de que “a sociedade não existe, mas há unicamente o mercado”.

→ O saber estabelecido sobre os estudos das desigualdades sociais, como referidas à realização do valor econômico na *comercialização* dos produtos, implicando “*otimização*” do preço com a qualidade – *vantagem diferencial* –, revela-se um coerente saber das hierarquias industriais e financeiras pró mercadorização das relações humanas (tornando-as fatores de lucro)^{xii}. Daí o alto peso atribuído à categoria da *vantagem diferencial*, tida como foco integrador da população no “mercado” sob a forma de capital social, capital humano e capital cultural.

→Reificação e função de representação no psiquismo da estrutura de classes

Na estrutura de classes, o psiquismo coletivo e individual revela três dimensões: a necessidade, o trabalho, a posse, e se desdobra a partir da reflexão coletiva exercida na divisão do trabalho social, projetando regras de análise efetiva.

Em relação ao coerente saber das hierarquias industriais e financeiras note-se que não é somente a categoria da vantagem diferencial que implica a qualidade. Antes disso, a busca por qualidade está presente na *função de representação* de toda a vida psíquica da estrutura de classes, penetrada pela reificação das qualidades e das atividades. Isto é, a reificação como uma sorte de força material da análise efetiva da prática social nas sociedades capitalistas. Neste sentido a função de representação constitui o psiquismo da classe burguesa.

Isto se compreende ao levar em conta que, na estrutura de classes, o psiquismo coletivo e individual revela três dimensões: a necessidade, o trabalho, a posse, e se desdobra a partir da reflexão coletiva exercida na divisão do trabalho social, projetando regras de análise efetiva.

Tal dissociação parcial dos três aspectos ou dimensões do psiquismo liga-se ao fato de que a burguesia começa por reduzir à necessidade as dimensões do homem no período chamado de acumulação primitiva, onde dominava o ascetismo, a abstinência, a economia em sentido estrito, ou seja, a acumulação propriamente dita, onde a classe burguesa perquiria com ardor e recalcava ao mesmo tempo o desejo da posse.

Posto isso, saltou-se para a posse pura, que não se pode alcançar. Quer dizer, o psiquismo dissociado nos três aspectos, o psiquismo da estrutura de classes desenvolve-se como um aprofundamento na passagem de uma economia fundada sobre a acumulação na austeridade e pela abstinência, até uma economia de desperdício e despesas suntuosas - sem que isso correspondesse à satisfação de certas necessidades essenciais.

→O processo de unilateralização

Não há maneira de examinar as desigualdades sociais sem levar em consideração o processo de unilateralização e a consequente supressão da reciprocidade que ligava os interesses privados e o interesse geral no espaço público.

A diferenciação do psiquismo da estrutura de classes decorre do fato de que a **feticização** da mercadoria, do dinheiro, do capital, efetuando-se ao nível da economia, reage sobre a mediação constituída entre os interesses privados e o interesse geral, reage sobre o Estado como espaço público.

Passa-se um processo de unilateralização que (a) implica a *generalização das necessidades*, em que, sob a cobertura dos aparelhos organizados do Estado, as classes se representam; (b) por essa via, *leva à absorção pelo e no Estado dos interesses privados e do interesse geral, com a supressão da reciprocidade que os ligava*.

Desta forma, *os três aspectos do psiquismo se dissociam parcialmente e, assim distinguidos, “incumbem a classes e a indivíduos diferentes, os quais são representados como tais no Estado, e se representam assim na consciência e nas ideias”*^{xiii}. Daí o esquema pelo qual (a) há uma classe do trabalho; (b) incumbindo,

todavia, a outros a posse, (c) com os mais desfavorecidos representando a necessidade em estado puro. Finalmente, compreende-se que, em boa sociologia, não há maneira de examinar as desigualdades sociais sem levar em consideração o processo de unilateralização e a consequente supressão da reciprocidade que ligava os interesses privados e o interesse geral no espaço público. As desigualdades expressam exatamente a reprodução desse processo de unilateralização característico da estrutura de classes.

→A sabedoria de frieza na contradição do complexo de impotência

O saber da grande burguesia como economia do lucro esconde o dogma do *sempre foi assim e sempre será igual*, em que se resume a crença de que o homem não é capaz de Bem suficiente na Terra, portanto a melhoria do mundo se deforma em maldade^{xiv}.

Uma vez incorporada a função de representação, e posto diante da percepção do contraste entre opulência e pobreza, o saber da burguesia não somente é feito na generalização das necessidades, mas, por essa via, revela um acentuado distanciamento da solidariedade, como disposição ao compromisso pela diminuição das desigualdades.

Trata-se de uma sabedoria de frieza bem delineada na atitude da grande burguesia ao afirmar soberanamente que defende a sobrevivência da economia do lucro, não por interesse próprio, mas por todos os homens; porque “*se eles não tivessem que trabalhar tanto não saberiam o que fazer com o tempo livre*”.

Está-se, portanto, diante da *ideologia como sabedoria de frieza*, que carece de conteúdo cognitivo por *coisificar* não o mundo, mas os homens, tomando-os como dados exteriores.

Dessa mesma sabedoria fria releva a *ficção do futuro*, releva o caráter fictício da preocupação com “*a desgraça que poderia infringir ao homem a utopia realizada, ao desaparecerem do mundo a fome e a ansiedade*”.

Por sua vez, essa ficção do futuro esconde uma transposição da culpa pelas desigualdades do presente aos que ainda estão por nascer; esconde o dogma do *sempre foi assim e sempre será igual*, em que se resume a crença de que o homem não é capaz de Bem suficiente na Terra, a melhoria do mundo se deforma em maldade.

Desta sorte, destaca-se um esquema vazio inevitável, a saber: a disposição de que (a) a transformação dos homens não podendo ser calculada, e escapando à imaginação antecipatória, (b) adota-se a escolha em substituí-la pela caricatura dos homens de hoje.

→ A satisfação das necessidades e a disposição praticista.

Para que haja um sistema de desigualdades centrado na vantagem diferencial é preciso que seja constante a necessidade em produzir para as necessidades harmonizadas pelo Sempre Igual da produção de massa e da indústria cultural.

Mas não é tudo. Na desmontagem da ideologia como sabedoria de frieza, há também que desarticular a figura da “objetividade da satisfação”.

O enquadramento das desigualdades em uma hierarquia de estratificação econômica e social pela categoria da vantagem diferencial não é transparente, mas opaca, não deixa passar luz sobre a racionalidade que as desigualdades atendem.

Toma-se por suposto e admite-se suficiente a conhecida “lei” do mercado, a combinação de oferta e procura, estabelecida na projeção de que as necessidades sempre estarão lá e sempre serão cada vez mais. Ou seja, as desigualdades refletiriam não somente o estado da satisfação das necessidades, mas também o grau de necessidade em buscar a satisfação das necessidades. E isto, essa compulsão, seria uma característica objetiva do mercado (objetividade da satisfação), um efeito da combinação de oferta e procura capaz de impelir para a vantagem diferencial.

Assim, para que haja um sistema de desigualdades centrado na vantagem diferencial é preciso que a necessidade em buscar a satisfação das necessidades seja constante, isto é, aumente cada vez mais (o mercado como um círculo vicioso em expansão que, de mais a mais, dirão servir de esquema a um correspondente crescimento sem limite do consumo).

Mas a coisa não é bem assim. A compulsão à satisfação das necessidades implica a necessidade em produzir para as necessidades harmonizadas pelo Sempre Igual da produção de massa e da indústria cultural (incluindo nesta última, notadamente, as mídias como o rádio, o cinema, a televisão e os meios digitais), desconhecido o Sempre Igual na aplicação da vantagem diferencial.

O equívoco desta aplicação faz passar a suposição de que, em outro contexto que não o mundo da comunicação e da produção de massa, tal compulsão à satisfação das necessidades possa permanecer atuando em corrente. Menos que um saber, trata-se de um dispositivo praticista^{xv} impondo a adaptação das necessidades ao padrão harmonizado pelo Sempre Igual da produção de massa, ou silenciando, como algo inútil, as necessidades ainda não satisfeitas pela sociedade ^{xvi}.

→ A função conservadora da vantagem diferencial

Neste ponto, deve-se ter em vista que uma das linhas de desarticulação da mentalidade ideológica implica desmontar a projeção de que a compulsão à satisfação possa permanecer atuando na nova sociedade.

É falsa a crença de “objetividade da satisfação” com sua imagem de uma compulsão à satisfação das necessidades decorrendo automaticamente das supostas “leis do mercado”, como se não houvesse a harmonização das necessidades imposta pelo Sempre Igual da produção de massa e do mundo da comunicação.

Ao operar silenciando como algo inútil as necessidades ainda não satisfeitas pela sociedade, e no contexto simbólico neoliberal – que preserva a equivocada suposição de “objetividade da satisfação” –, a aplicação da vantagem diferencial, em sua função conservadora, *não* permite se reconheça juntamente como estudo das desigualdades, a exigência de questionar o praticismo por trás daquele contexto.

Desta forma, o estudo das desigualdades que dali resulta deixa passar inadvertidamente a falsa crença que atribui tal estado de coisas (suposição de “objetividade da satisfação”) ao predomínio da cultura material sobre a intelectual e, assim procedendo, traz recorrente impulso para o falso pressuposto de uma contraposição rígida entre a vida cultural e a vida prática.

Toma relevo, em decorrência, o problema da neutralização da cultura pela sociedade de capitalismo organizado e produção de massa, recorrente no desprezo dos bens culturais da tradição.

→*A função social de reconciliar os homens com as más condições de vida.*

Quer dizer, a aplicação da vantagem diferencial como aspecto do *condicionamento* sobre as aspirações que o mundo administrado impõe, faz sobressair uma conexão entre a cultura massificada e a *função social de reconciliar os homens com as más condições de vida, e afastá-los da crítica destas más condições.*

Por sua vez, como aspecto da tendência à domesticação das classes subalternas pelo *condicionamento*, o mecanismo da vantagem diferencial na base das desigualdades permite a dócil subordinação em face do processo que, sem crítica, o mundo Sempre Igual da produção de massa se fixa cristalizado.

Quer dizer, na base das desigualdades e sua reprodução, houvera uma distribuição e procura de vantagem diferencial impulsionando e “motivando” (condicionando) indivíduos e grupos a entrarem em competição uns com outros pelos benefícios que maior “capital social”, maior “capital humano” (inclui o “capital intelectual”) e maior “capital cultural” podem propiciar na hierarquia de posições econômicas e sociais sob um regime capitalista.

Neste sentido preciso de imposição de uma hierarquia de estratos econômicos e sociais, o mecanismo da vantagem diferencial dá lugar à mercadorização das relações humanas, tanto em relação aos consumidores quanto aos produtores e assalariados, em maneira semelhante à contratação de mão de obra, onde os perfis humanos adquirem um preço e, conforme os estratos

econômicos e sociais a que estão submetidos, as presenças das pessoas representam um retorno de lucro.

A questão crítica sobre a cultura de massa não se reduz a censurá-la porque dê demasiado ao homem, ou porque lhe torne a vida bastante segura; tampouco se reduz à afirmação, como invariável, da necessidade de intensificação e refinamento da consciência.

→A vantagem diferencial no esvaziamento das significações humanas.

Quando se toma por objeto o conflito entre o homem vivo e as petrificadas circunstâncias deve-se evitar construir humanidade e coisificação em rígida contradição (T. W. Adorno).

Na promessa humanista da civilização, o humano inclui em si, junto com a contradição da coisificação, também a coisificação mesma. Daí porque o mecanismo da vantagem diferencial revela-se perverso: se impõe a partir do esvaziamento das significações humanas.

A característica da condição humana em incluir em si a *coisificação mesma* vale não somente como a antítese que introduz a condição da rotura libertadora, mas vale também *positivamente*, isto é, vale como forma que realiza o abalo do sujeito. Em suma: Ao incluir em si a coisificação, **a condição humana detém o exclusivo procedimento de objetivar a comoção subjetiva: inclui uma dessubjetivação** (T. W. Adorno), que, de ordinário, se reconhece na ataraxia, alcançando a personalidade vazia de sentimento.

O mecanismo da vantagem diferencial na base das desigualdades, como aspecto do condicionamento pelo Sempre Igual, faz exatamente por ocultar não somente que o indivíduo com sua possessão ou personalidade já é produto da coisificação, mas, por via de tal ocultação, afasta os homens do conhecimento da dessubjetivação, compreensão que os poderia levar à crítica do sistema.

► Os caminhos de uma crítica.

Sem embargo, algumas precisões neste ponto se fazem necessárias. Notadamente em relação à atitude ingênua que projeta a coisificação como maldição sobre o futuro, já que isto implica não penetrar na presença do futuro, fechar-se àquilo que é salvação no passado.

Podemos nos alimentar do pensamento artístico para descrever a exclusividade em incluir em si, junto com a contradição da coisificação, também a coisificação mesma.

É o caso de observar o paralelo entre a atitude artística diante do sofrimento e a psicanálise (freudismo). A busca do marco zero do pensamento artístico, caracterizando a instância em que esse pensamento encontra seu material, e pode então se exercer, mostra que esse material (os atos falhos, os sonhos e os sintomas neuróticos), por sua vez, é fornecido pelo sofrimento humano, isto é, pelos estados abalados, pesarosos ou comocionados que a sociedade evanescente causa aos homens e trata como desperdício (o sofrimento é inaproveitável, sem utilidade na produção capitalista).

Os atos falhos, os sonhos e os sintomas neuróticos (a) na medida em que são fornecidos pelos estados comocionados, e (b) na medida em que esses estados comocionados dos homens são causados pela sociedade evanescente (evanescente aqui no sentido de decadência da consciência ou deterioração das significações humanas), (c) constituem o material meramente existente do pensamento artístico.

Será exatamente esse meramente existente detectado com a caída da consciência (isto é, em cujo âmbito passa a função não representacional advinda por efeito dos estados comocionados) que sobressai na análise da dessubjetivação levando à ataraxia, entendida esta última como subjetividade estacionária (regressão da aspiração aos valores, no indivíduo) ^{xvii}.

► A Vantagem Diferencial como Condicionamento e a Produção do Complexo de Impotência

→ O fato da ataraxia suscita o problema do complexo de impotência

► *A ideologia do futurismo corresponde ao mundo da comunicação, como instância de reprodução do Sempre Igual e harmonização das necessidades ao chamada "mercado", entendido este por sua vez como padrão de mercadorização estabelecida pelas hierarquias industriais e financeiras em contexto de capitalismo organizado.*

O **complexo de impotência** ultrapassa o psiquismo individual, tem dimensão coletiva. É um fenômeno não redutível aos transtornos da libido por si só, como nos estudos sobre o complexo de Édipo ^{xviii}, mas combina-se a certos efeitos de um ambiente com símbolos estandardizados e condutas cristalizadas, implicando notadamente a domesticação, como docilidade na obediência. Tem sua boa descrição na desmontagem da ideologia do futurismo como representação, ou melhor, neste caso, precisamente, uma ficção do futuro ^{xix} que não somente corresponde ao mundo da comunicação, mas é segregada pela indústria cultural.

O futurismo implica uma corrente artística e literária que cedeu espaço à ficção desdobrada com a indústria cultural, cuja projeção ideológica foi desenvolvida no romance "Brave New World", de Aldous Huxley.

Nessa projeção, a ficção se limita aos prolongamentos de linhas já existentes na civilização técnica, compondo, então, nesses prolongamentos do Sempre Igual da produção em massa, uma montagem que se afirma inseparável da utopia negativa – um futuro onde o déjà-vu coletivo se prolonga indefinidamente.

A ideologia do futurismo corresponde ao mundo da comunicação, como instância de reprodução do Sempre Igual e harmonização das necessidades ao chamado "mercado", entendido este como padrão de mercadorização ou modelo

de fazer lucro estabelecido pelas hierarquias industriais e financeiras em um contexto de capitalismo organizado.

O Complexo de Impotência

Neste ponto cabe lembrar certos efeitos negativos diferenciados no âmbito da civilização técnica como universal analogia de todo o produzido massivamente, coisas e homens.

Vale dizer, há um problema sociológico não artificial, mas relevante, já apontado na sociologia crítica da cultura da T. W. Adorno ^{xx}, ao século vinte, que surge em decorrência do culto do instrumento.

O termo “Culto”, aqui empregado no sentido de lembrar uma prática de adoração, é válido porque, no exagero da civilização técnica, *o instrumento é tomado como separado de toda a destinação objetiva* – incluindo a afeição fetichista em possuir perfeitos equipamentos de toda a natureza.

Notem que o culto do instrumento abrange mais do que os recursos inertes, mas inclui a manipulação técnica (controle) da subjetividade e aspirações humanas, como veremos especialmente em nossa crítica da *vantagem diferencial* como mecanismo do sistema das desigualdades em um regime capitalista dado.

Vale dizer, o culto do instrumento levou ao desaparecimento da contraposição *do que hoje em dia chamam bens culturais intangíveis, por um lado e, por outro lado, a natureza como paisagem, como criação sem dominar mais além da sociedade, termos esses dos quais se concebia, como tema central da filosofia burguesa e à maneira do romantismo mítico, a suprema reconciliação* ^{xxi}, o absoluto de toda a aspiração.

Em consonância com o desaparecimento do tema reconciliador, desponta o esquema de uma dessubjetivação pura, como *problema sociológico*, no caso, o problema de equacionar os planos de certas *involuções* já existentes no cotidiano da civilização técnica e da sociedade em regime avançado do capitalismo organizado.

A hipótese da crítica da cultura é com certeza bastante operativa e será levada em conta em nossas atividades, a saber: para a dessubjetivação concorrem involuções que tendem a se converter em disposições utilitárias, isto é, prestam serventia na cultura de massa, seja (a) como maneira de organizar e harmonizar as necessidades, seja (b) como maneira de cristalizar o tempo livre em um *Standard* do infantilismo (os modos infantis), através das grandes mídias como o cinema e a televisão (diferente do lúdico em sentido amplo, que caracteriza a espontaneidade das crianças, os modos infantis de que se trata aqui corresponde ao lazer fabril,

cujo comportamento limite é a jogatina como indústria, onde o brincar atende a uma produção).

Certamente, o alcance desse Standard faz mais impactante a dessubjetivação e deixa os indivíduos e grupos mais subservientes, já que é a tal Standard dos modos infantis que se identificam os sujeitos/objetos em alguns de seus modos mais espessos, seguintes: (a) em sua incapacidade para perceber e pensar o que não é como eles mesmos; (b) em sua autossuficiência cega de sua própria existência; (c) em sua imposição da pura utilidade subjetiva.

A cultura de massa organiza o tempo livre para fazer deste um standard do infantilismo.

A crítica da cultura dominante examina a universal analogia de todo o produzido massivamente, coisas e homens, situando as correlações da ideologia futurista tirada da ficção do "*Brave New World*". Ao tratá-las em modo sociológico como referências objetivamente possíveis, e delineando o quadro que corresponde à situação limite de certas *involuções* já existentes no cotidiano da civilização técnica, a crítica assinala que essa equiparação de coisas e homens se estende até a *produção da consciência estandardizada* de inúmeros homens pela *communication industry*.

Quer dizer, o mundo da ideologia futurista assenta-se na *triade* "*Community, Identity, Stability*". Seus truques respectivos são: (a) todo o indivíduo está incondicionalmente subordinado ao funcionamento do todo, com o "*World Controller*" operando no sentido de que seja impossível a alguém defrontar-se com uma questão problemática; (b) as diferenças individuais têm sua anulação garantida pela *Identity* combinada à (c) *Stability*, como o final de toda a dinâmica social.

Estendendo a estandardização à total pré-formação do homem, o mundo estático da negativa ideologia do futurismo assenta-se no "*World Controller*" e na triade *Community, Identity, Stability*.

A panacéia que efetua essa garantia de estática social, observada sociologicamente como estandardização, é o *Conditioning*.

► Neste ponto alcançamos o elemento central da descrição do *complexo de impotência* como alguma coisa que é produzida a partir do *Conditioning*.

Tal "condicionamento" visa à produção de determinados reflexos, ou modos de comportamento, por modificações planejadas no mundo circundante, mediante o controle técnico das chamadas condições de vida.

A ideologia do futurismo estende o controle à total pré-formação do homem, desde a geração artificial dos embriões e a direção técnica da consciência e do inconsciente, nos primeiros estágios da vida, até o "*death conditioning*", isto é, um

training que suprime das crianças o medo da morte, com o procedimento de fazê-las contemplar agonias, ao mesmo tempo em que se as faz degustar doces, para que sempre associem a ideia de morte aos mesmos.

Na utopia negativa desse mundo gerado no *Conditioning*, se põe em relevo os seguintes aspectos, que se aplicam à domesticação como produção da docilidade na obediência:

(a) o efeito final do *Conditioning*, como adaptação sobre si mesmo, é a interiorização e a aprovação da pressão e da opressão sociais por cima da tradição: “os homens se submetem a amar o que têm de fazer sem sequer saberem que isso é submissão” - assim se assegura subjetivamente sua felicidade e se preserva a ordem;

(b) a penetração dessa ordem torna ultrapassadas todas as ideias de que a influência da sociedade no indivíduo seja uma influência mediada pela família doméstica e a psicologia;

(c) como filhos da sociedade no sentido mais literal, os homens coincidem substancialmente com ela, tornados dóceis expoentes da totalidade coletiva e estando *condicionados socialmente* (no sentido em que os behavioristas exerciam a domesticação pela manipulação dos instintos), isto é, não simplesmente equiparados ao sistema dominante por um desenvolvimento posterior, mas em uma relação eternizada em nível biológico. Daí o **complexo de impotência**.

A interpretação crítica é de que a ideologia do futurismo indica *que a reprodução da estupidez, anteriormente realizada inconscientemente no ditame da mera miséria vital, está nas mãos da triunfal cultura de massa, uma vez eliminada aquela miséria*.

Impotência e Condicionamento

Desta sorte, *a miséria como fixação racional da irracional relação de classes que o complexo de impotência ressentido, anuncia a superfluidade dessa relação mesma, a superação de seu caráter natural como ilusão na história descontrolada da humanidade, ficando a subsistência de classes para a diferenciação administrativa na distribuição do produto social*.

Tal é a imagem da utopia negativa ao manter os embriões e as crianças pequenas das castas inferiores em uma atmosfera rarefeita em oxigênio, como se os mantivesse na mesma atmosfera dos bairros de barracos, só que construídos artificialmente.

A arcaica iloquacidade

Ou seja, o **complexo de impotência** se revela na estupidez em que, deixada seu caráter supostamente “natural” para constar como dado na distribuição do produto social, a situação de miséria passa a ser reproduzida por mero condicionamento, na fixação racional da irracional relação de classes.

Desta forma, o **complexo de impotência** se estende na classe superior: a consciência daqueles que desfrutam sua própria individuação está submetida à estandardização por causa de sua identificação com o *in-group*, isto é, por uma sorte de identificação heteropática que, ao invés de levar aos conteúdos da consciência coletiva, levam aos juízos pelo condicionamento (*conditioning*), estando o grupo constituído sobre a virtude de não entender, sobre o vazio de significação (o *déjà vu* se experimenta lá onde há ausência de significação). Tal é o circuito estúpido da hegemonia burguesa e financeira, que aponta unicamente a degradação da fala, a *decadência do dom* de exprimir o pensamento pela palavra.



Glossário (Notas Complementares)

► Nota sobre o Produtivismo

A questão pública da ecologia desdobrando-se na indispensável crítica ao produtivismo revela-se um marco de recorrência para contestar devidamente a equivocada atribuição ideológica de valor absoluto à ideia de que "mais bens materiais fazem crescer a felicidade", lema produtivista este em que participa o utilitarismo moderno, como filosofia pública do que tem utilidade para o maior número.

Expandindo-se como mensagem cativante aos progressistas da época, (as ideias de democracia, progresso e de direito à escolha são três ideias que podiam ser explicadas em termos utilitaristas liberais) a influência do utilitarismo no século 19 e começos do século 20 não foi somente uma ideologia restrita aos economistas^{xxii}.

Pelo contrário, na medida em que colocou em pauta a questão dos critérios de valor de uma norma, relacionando-a a sua utilidade como imagem de felicidade para o maior número, como se sabe, o utilitarismo suscitou reações em vários meios intelectuais, notadamente entre os sociólogos diligentes como Émile Durkheim (1858 – 1917), o mestre fundador da sociologia, que em sua conhecida obra datada de 1893, *De la division du travail social*, ali contestou acertadamente o eudemonismo.

Com certeza trata-se de um aspecto pouco explorado no estudo da obra de Durkheim. Além de deixá-lo contra a corrente, sua conhecida oposição ao utilitarismo como questão pública, bem referenciada por seus continuadores^{xxiii}, tivera notado alcance em sua elaboração intelectual, especialmente para a sociologia da vida moral, de tal sorte que um comentário aprofundado a respeito disto pudera revelar o interesse deste mestre da sociologia para os movimentos sociais, em época de justo questionamento da ideologia produtivista, como hoje em dia, tanto mais que, ao pesquisar a realidade da consciência coletiva, *Durkheim antecipou o fato de que não há comunicação sem o psiquismo coletivo.*

► Com efeito, a lúcida crítica ao produtivismo comporta preliminarmente duas orientações que simplificando podemos designar no seguinte: (a) "capitalismo verde": admite um crescimento mais desmaterializado, com menos CO₂, por exemplo; e (b) "new deal verde": preconiza como necessário um pequeno decréscimo econômico nos países mais ricos. O problema que desafia a ambos é superar o imperativo da busca de crescimento constante a que se costuma associar o Homo Faber.

Faz-se a justa crítica de que todas as formações políticas de direita ou de esquerda partilharam até o começo dos anos 1980 a noção de que a vocação do homem é produzir, fazendo da técnica e da tecnologia o principal instrumento de sua emancipação. O "ideal" entre aspas dessas formações é que o investimento aumente a produtividade do trabalho, e diminua pela utilização das máquinas o tempo socialmente necessário à produção de bens.

Neste sentido, haveria a superar com urgência um *culto da produção* e da abundância associado à revolução Industrial, com seus efeitos negativos cada vez mais acentuados, tais como a destruição da biodiversidade, a rarefação dos recursos, o aquecimento global, a acumulação de poluições e dejetos para além do limite crítico de regeneração da biosfera, da água dos rios, e de toda a capacidade de recarga do planeta^{xxiv}.

Questionam-se os sociólogos históricos pela contemplação da sociedade industrial em suas pesquisas: um¹ teria se limitado a assinalar no Ocidente as características necessárias ao capitalismo, a que correspondeu o desenvolvimento produtivista, hoje centrado no cálculo do PIB como indicador principal da economia.

Outro² é tido por ambivalente, seja ao considerar positivo, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas alimentado pela técnica combinada à

¹ Max Weber.

² Karl Marx.

ciência, seja, por outro lado, ao tomar por negativo cada progresso da produção como acentuando a opressão dos trabalhadores.

A tomada de consciência dos perigos do produtivismo não teria se anunciado até os anos 1970 quando o paradoxo entre um mundo finito e a constrição de um crescimento sem fim emergiu nas conferências internacionais ^{xxv}.

► Desta forma, a crítica ao produtivismo tem alcance profundo, mostra-se ação transformadora nem só das estruturas, mas dos quadros operativos da ação histórica, como consciência da liberdade: ação concentrada que não somente almeja dirigir a mudança das estruturas a partir de modelos e estratégias, mas busca notadamente redirecionar a economia e o planejamento econômico para os referenciais e medidas ecológicas, em vista de ultrapassar pela implementação dos indicadores "físicos" da ecologia política os procedimentos ecologicamente insuficientes ^{xxvi} relacionados ao modelo produtivista de cálculo do Produto Interno Bruto – PIB ^{xxvii}.

► Nota sobre o bem-estar.

O Bem-Estar inclui a relação entre Sociologia e Direitos Humanos que afirma a efetividade da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) e põe em perspectiva as quatro liberdades que se compreendem por elas próprias por serem liberdades humanas essenciais, a saber: Liberdade de Expressão, Liberdade de Culto, Liberdade para Querer, Liberdade contra o medo (Four Freedoms: Freedom of Speech, Freedom of Worship, Freedom from Want, and Freedom from Fear). Isto significa que não pode haver bem-estar nem, muito menos, a correspondente ampliação dos direitos sociais (notadamente a remuneração digna para todos) ou a melhor qualidade de vida – que são fundados na mencionada *liberdade para querer* – lá onde prevalece o regime das desigualdades sociais.

Além disso, a compreensão sociológica do bem-estar como uma questão pública não exclui, evidentemente, os demais aspectos psicológicos ou de qualidade de vida (saúde, personalidade, meio ambiente, sociabilidade), em que, frequentemente, o bem-estar é desejado na experiência dos indivíduos e dos grupos sociais. Pelo contrário, os inclui e os afirma, mas os relaciona precipuamente aos Direitos Humanos, dos quais tais aspectos são desdobramentos, posto que o importante é distinguir entre bem-estar e desenvolvimento, notadamente, repelir a crença que identifica felicidade ao utilitarismo normativo ou ao “ganhar mais”. Pode haver bem-estar sem crescimento do consumo desde que as desigualdades sociais sejam poucas. É negativa a crença de que as desigualdades impulsionam o consumo (conspicuo) e que o aumento deste seria necessário para o desenvolvimento e saída da atual crise. Tal modelo está esgotado pelos limites do planeta que não admite mais o aumento de gás carbônico.

► Nota sobre o controle do sistema financeiro

Um sistema financeiro sem controle social significa que a sociedade foi desposuída do controle da moeda como bem coletivo e elemento fundamental da coesão social. Atualmente, o controle da moeda está em mão dos bancos centrais e dos bancos ordinários. A criação monetária foi posta ao serviço quase exclusivo da reestruturação permanente do capital e da especulação. Daí os entraves que o sistema financeiro impõe ao livre curso das democracias, com as crises das dívidas e com a imposição de medidas de austeridade contra os direitos sociais e trabalhistas – medidas que aumentam as desigualdades sociais, de que a situação recente da Grécia é o exemplo mais cortante.

Em face de tal descontrole, na esteira da proposta da Taxa Tobin e muito além das microtaxas sobre transações financeiras (TTF), a consciência democrática defende a exigência de um controle coletivo mediante a implantação de taxas elevadas e impactantes sobre os fluxos de capitais especulativos (os que não são aplicados nas atividades da economia real tais como importação, exportação, investimentos), a fim de obter recursos públicos para recuperar da pobreza a cidadania e baixar as desigualdades sociais.

► Nota sobre o utilitarismo normativo

Na medida em que colocou em pauta a questão dos critérios de valor de uma norma, relacionando-a à sua utilidade como imagem de felicidade para o maior número, como se sabe, o utilitarismo doutrinário ou normativo de Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806 - 1873), que gozava de excepcional prestígio nos meios progressistas da época, suscitou reações em vários meios intelectuais, notadamente entre os sociólogos diligentes como Émile Durkheim (1858 – 1917), que em sua conhecida obra datada de 1893, *De la division du travail social*, ali contestou acertadamente o eudemonismo.

Fora-lhe essencial sua recusa da "utilidade" como critério último das ações humanas e como base mensurável de análise das questões políticas, sociais e econômicas. Da mesma maneira, ao *repelir toda a tentativa em estabelecer um absoluto para a vida moral com imposição aos fatos sociais*, tornou-se igualmente indispensável ao notável sociólogo repelir como eudemonismo a pretensão utilitarista em reduzir o valor de uma norma unicamente a sua utilidade como critério de felicidade para o maior número.

Oposição sociológica esta tanto mais consequente quanto se sabe que o utilitarismo liberal está longe de ser uma proposta inconsistente. A ideia de que uma das funções da política é promover o bem-estar humano encontra no mesmo uma justificação teórica adequada (a democracia podendo ser vista como uma espécie de Utilitarismo aplicado, na medida em que, sendo o governo da maioria, defenderá os interesses do maior número).

► Nota sobre Reificação

A análise da reificação decorre da interpretação do modelo de sociedade liberal clássica, produtora para o mercado, como comportando uma interpenetração do aspecto econômico e do aspecto psicológico, por diferença das formas sociais anteriores, onde a estrutura mental da mediação não é observável, já que a economia é considerada natural.

A referência sociológica principal é a constatação de que *a regulação da produção e do consumo, em termos de oferta e demanda, se faz por um modo implícito não claramente percebido, impondo-se à consciência dos indivíduos como a ação mecânica de uma força exterior.*

Desta forma, todo um conjunto de elementos fundamentais da vida psíquica desaparece das consciências individuais, no setor econômico, para delegar suas funções à categoria preço, que aparece como uma propriedade nova e puramente social dos objetos inertes, os quais, por sua vez, passam então a guardar as funções ativas dos homens.

A categoria preço penetra tudo que era constituído nas formações sociais pré-capitalistas pelos sentimentos transindividuais, pelos valores da afetividade que ultrapassam o indivíduo, incluindo o que significa moral, estética, caridade, fé.

Nas formações sociais pré-capitalistas a produção era conscientemente regida pelo consumo futuro, isto é, pelas qualidades concretas dos objetos. Tal alteração, no plano da consciência dos homens, se traduz pela supressão de todo o enlace aos valores de uso.

Desta sorte, na sociedade individualista de produção para o mercado, a importância essencial do indivíduo e da vida individual na interior das estruturas econômicas passa por uma *redução ao implícito*, por efeito da mediação do próprio valor de troca.

→ Entretanto, essa situação muda na fase dos trustes, monopólios e do capital financeiro, observada no fim do século XIX e, notadamente, no começo do século XX, tornando-se acentuada a supressão de toda a importância essencial do indivíduo e da vida individual na interior das estruturas econômicas.

→ Na fase do capitalismo de organização, observado depois dos anos de 1930 pela intervenção estatal impondo os mecanismos de autorregulação da produção em torno dos bancos centrais independentes, se constata, em modo correlativo à supressão progressiva da importância essencial do indivíduo, não somente a independência crescente dos objetos, mas a constituição desse mundo de objetos em universo autônomo, tendo sua própria estruturação ^{xxviii}.

Nas formas sociais anteriores a produção para o mercado, em que a estrutura mental da mediação não é observável, quando um homem precisava de vestimenta, ou o produzia ele mesmo, ou o demandava a um indivíduo capaz de produzi-la. Este último, por sua vez, em virtude de certas regras tradicionais; por razões de autoridade ou de amizade; ou ainda, em contrapartida de certas prestações, devia ou podia lhe fornecer tal vestimenta.

Por contra, nas sociedades de mercado, quando se quer obter vestimenta, importa conseguir o dinheiro necessário a sua compra. Por exemplo: o produtor

de roupas é indiferente aos valores de uso dos objetos que ele produz. A seus olhos, estes não passam de um mal necessário para obter aquilo que unicamente lhe interessa: um valor de troca suficiente para assegurar a rentabilidade de sua empresa. Daí se nota a mediação como substitutivo do aspecto qualitativo dos objetos e dos seres, caracterizando o predomínio dos valores de troca, quantitativos.

Nada obstante, é fato que tal substituição não suprime totalmente os valores de uso da consciência coletiva dos homens, de tal sorte que o caráter implícito dos mesmos permanece.

Quer dizer, como consumidor último, oposto no ato mesmo da troca aos produtores, todo o indivíduo, em uma sociedade produtora para um mercado (trocas competitivas centradas no lucro), se encontra em certos momentos da jornada em situação de vislumbrar os valores de uso qualitativos, que, sem embargo, não pode alcançar, a não ser pela mediação dos valores de troca.

Mas não é tudo. Devem observar a ação convergente de quatro fatores diferentes.

O primeiro fator põe em relevo que, ao surgir no pensamento dos membros da sociedade burguesa, a categoria da mediação traz consigo a tendência implícita a substituir esse pensamento por uma falsa consciência total, isto é, um modelo de orientação no qual o valor mediador se torna valor absoluto, e onde o valor mediatizado desaparece inteiramente.

Tendência-limite esta que se realizaria, praticamente, na propensão a fazer do dinheiro e do prestígio social os valores absolutos, e não mais simples mediações para o acesso aos outros valores, de caráter qualitativo.

Sem embargo, considerando o fato de que todo o indivíduo, na sociedade produtora para o mercado, se encontra em certos momentos da jornada em situação de vislumbrar os valores de uso qualitativos, torna-se indispensável levar em conta na compreensão do fenômeno estrito da estratificação social (distribuição desigual da riqueza e do prestígio) e na análise das desigualdades sociais, a probabilidade de um descontentamento afetivo não conceituado (ou não representado na percepção coletiva), seguinte: a ocorrência verificável de uma aspiração afetiva à mirada direta dos valores qualitativos, que seria observada se desenvolvendo, seja no conjunto da sociedade burguesa, seja, talvez, unicamente entre as classes médias.

Daí decorre não somente a insuficiência, mas a injustiça para com indivíduos e grupos submetidos à aplicação da vantagem diferencial como disposição *praticista* nos estudos de estratificação e desigualdades sociais.

► Nota sobre a transformação das necessidades

Preservada na postura que repele a “falsa necessidade” e que traz consigo a montagem de uma série de separações impostas em torno da esfera da satisfação

das necessidades, a ideia da “objetividade da satisfação” recobre a ânsia de estabelecer a todo o custo a falsa separação maior entre necessidades materiais e necessidades ideais.

O equívoco desta montagem decorre da orientação idealista que, (a) – pretendendo repelir a neutralização da cultura separada do processo material de produção, tal como ocorre na cultura de massa com suas necessidades imaginárias, (b) – tenta colocar como correção uma esfera superior de cultura.

Assim procedendo, (c) – agasalha um conceito de “necessidade invariável”, em molde biológico e supra-histórico, (d) – compreendendo neste conceito a intensificação e o refinamento da consciência ou ampliação do conhecimento, na trilha da substituição da felicidade pelo Bem supremo.

Por contra, mas na direção dessa aspiração à valorização da cultura, a sociologia crítica remarca que, estando toda a necessidade humana mediada em sua concreta manifestação, o aspecto estático das necessidades -- sua fixação na reprodução do Sempre Igual, bem como a interpenetração de “necessidade autêntica” e “necessidade falsa” -- é algo que corresponde a uma fase da produção material, a qual assumiu um caráter estacionário devido às restrições sobre o mercado e sobre a concorrência.

No momento em que a produção se ponha ilimitadamente ao serviço da satisfação das necessidades, inclusive daquelas produzidas pelo sistema da indústria cultural, *“as próprias necessidades se transformarão decisivamente”*.

(...), “ficará claro um dia que os homens não necessitam das pequenas ilusões que lhes subministra a indústria cultural” (...); “a ideia de que o cinema, por exemplo, é necessário para a reprodução da força de trabalho ao mesmo título em que o é a habitação e a alimentação não é verdadeira senão em um mundo que dispõe os homens exclusivamente para a reprodução da força de trabalho e impõe sobre suas necessidades a harmonia com o interesse da oferta de produtos e com os controles racionais”.

Para o sociólogo, é um equívoco imaginar que, em uma nova sociedade, tal compulsão à satisfação das necessidades (isto é, tal necessidade de produzir para as necessidades harmonizadas) possa permanecer atuando em corrente.

Portanto, é sobre esse espírito praticista impondo a adaptação das necessidades, ou silenciando as necessidades ainda não satisfeitas pela sociedade como algo inútil, que se faz a crítica, que se põe em relevo como não tendo sido questionado na fantasia futurista, em sua orientação idealista ao preservar a ideia da objetividade da satisfação.

► Nota sobre os princípios de responsabilidade universal

A exigência de questionamento do produtivismo revelou-se uma atitude conforme aos princípios de responsabilidade universal, notadamente os Itens (1), (2) (3), marcados na lista abaixo.

► 1. O exercício por cada um de suas responsabilidades é a expressão de sua liberdade e de sua dignidade de cidadão da comunidade mundial;

► 2. Cada ser humano e todos em conjunto têm uma co-responsabilidade para com os outros, com a comunidade próxima e distante, e para com o planeta, na proporção de seus haveres, de seu poder e do saber de cada um.

► 3. Esta responsabilidade implica em considerar os efeitos imediatos ou diferidos de seus atos, de evitar ou de compensar os danos, tenham eles sido provocados ou não voluntariamente, que eles afetem ou não sujeitos de direito. Ela se aplica a todos os setores da atividade humana e em todas as escalas de tempo e de espaço.

4. Esta responsabilidade é imprescritível, a partir do momento em que o dano for irreversível.

5. A responsabilidade das instituições, tanto públicas como privadas, quaisquer que sejam as regras que as rejam, não exonerará de responsabilidade seus dirigentes e reciprocamente.

6. A posse ou o desfrute de um recurso natural induz a responsabilidade de gerá-lo para o proveito do bem comum.

7. O exercício de um poder, não obstante as regras pelas quais ele for concedido, não será legítimo se o seu detentor não responder por seus atos diante daqueles e daquelas sobre os quais exerce tal poder, acompanhado das regras de responsabilidade à altura do poder de influência exercido.

8. Ninguém pode se exonerar de sua responsabilidade em nome de sua incapacidade se não tiver feito o esforço de se unir a outros, ou em nome de sua ignorância, se não tiver feito o esforço de se informar.

Perfil do autor



O autor Jacob (J.) Lumier, em 2010

É sociólogo profissional e exerceu a docência, lecionando Sociologia e Metodologia Científica junto à universidade privada e junto à universidade pública. Exerceu também as atividades de pesquisador com o amparo de fundação científica.

Seus ensaios sociológicos buscam contribuir e avançar na reflexão de uma situação de fatos com grande impacto, em que, sob a influência do impressionante desenvolvimento das técnicas de comunicação, passamos num abrir e fechar de olhos pelos diferentes tempos e escalas de tempos inerentes às civilizações, nações, tipos de sociedades e grupos variados.

No dizer de Georges Gurvitch, a unidade do tempo revelou-se ser uma miragem, como nos mostraram, simultaneamente, a filosofia (Bergson) e a ciência (Einstein).

Tornou-se claro que a unificação dos tempos divergentes em conjuntos de tempos hierarquizados, sem o que é impossível nossa vida pessoal e a vida das sociedades, não é uma unidade que nos seja dada, mas uma "unificação a adquirir pelo esforço humano, onde entra a luta para dominar o tempo, dirigi-lo em certa forma". Tal o problema da orientação no mundo, que penetra as expectativas e a sociologia do conhecimento investiga.

O autor Jacob J. Lumier produz seus trabalhos sociológicos em versão e-book a partir de sua Web "Leituras do Século XX" e os comunica no OpenFSM, de que é membro. Os difunde em cooperação junto à Web da Organización de Estados Iberoamericanos para la educación, la ciencia y la cultura – OEI e na Web do Ministério da Educação de Brasil (web Domínio Público).

► A Primeira edição de seu ensaio "*A Utopia Negativa*" foi publicada em 01 de Setembro de 2010, junto à Universidade de Málaga, Espanha (ISBN-13: 978-84-693-6125-2, Nº de Registro: 10/89770).

► Seu livro "*Comunicação e Sociologia – Artigos Críticos*" / 2ª Edição modificada, ensaio 143 páginas, Editorial Bubok Madrid (Es), ISBN 978-84-9981-937-2, finalizado em Junho 2011, é um trabalho recomendado junto aos *Sociologists Without Borders International* – SSF1.

► Outros títulos do autor publicados por Bubok Publishing S.L- Madrid, Espanha:

(a) "A Moral do Artista: Leitura de Proust" (Uma Abordagem Inspirada em Samuel Beckett), ensaio 135 págs. - ISBN: 978-84-9981-603-6; publicado em 28 de Septiembre de 2010.

(b) "A Ideia Tridimensional em Sociologia", Ensaio, 148 págs. - ISBN (versão em volume): 978-84-9009-129-6; ISBN (versão e-book): 978-84-9009-130-2; publicado em 10 de Agosto de 2011.

Copyright ©2012 by Jacob (J.) Lumier Todos os direitos reservados
Produção deste e-book realizada pelo autor desde Rio de Janeiro, junto à
Web "Leituras do Século XX"; Segunda revisão concluída em Maio 2012.



Logo do Website Produção Leituras do Século XX – PLSV: Literatura Digital
<http://www.leiturasjulierautor.pro.br>

Ícone gráfico do autor Jacob (J.) Lumier



Copyright 2012 by Jacob (J.) Lumier
Todos os direitos reservados

Notas de fim

ⁱ Veja Adorno, Theodor W. (1903 - 1969): "*Prismas: la Critica de la Cultura y la Sociedad*", tradução de Manuel Sacristán, Barcelona, Ariel, 1962, 292 págs. - (em Alemão: Prismen. Kulturkritik und Gesellschaft, Berlin, Frankfurt A.M. 1955.

ⁱⁱ T. W. Adorno assinala que a unidade de natureza e espírito, como tema central da filosofia burguesa, foi concebida na especulação idealista como a suprema reconciliação.

ⁱⁱⁱ Veja Nota Complementar sobre As Responsabilidades Universais.

^{iv} Essa sugestão se refere a uma plataforma de conjunto do altermundialismo e implica subscrever as propostas oferecidas por Attac.

^v Michael E. Porter: "Vantagem Competitiva" (Competitive Advantage), Editora Campus, 12ª edição.

^{vi} Desigualdades de oportunidades, de níveis de vida, de acesso aos bens e valores desejados, de realizações pelo trabalho, no exercício das liberdades, etc.

^{vii} Veja Nota sobre o controle do sistema financeiro no final deste texto.

^{viii} Tema central da filosofia burguesa, a unidade de natureza e espírito foi concebida na especulação idealista como a suprema reconciliação.

^{ix} Michael E. Porter: "Vantagem Competitiva" (Competitive Advantage), Editora Campus, 12ª edição.

^x Tendo perdido a conotação liberal, o termo mercado limita-se a designar um aspecto da ordem monetária e especulativa regulada e protegida pelo Estado e incorporada no sistema dos bancos centrais, embora preserve a circulação de mercadorias, onde domina o valor de troca e tudo adquire um preço. Veja Nota sobre Reificação, no final.

^{xi} Veja Nota sobre Utilitarismo normativo no final deste texto.

^{xii} A função de representação de toda a vida psíquica é penetrada pela reificação das qualidades e das atividades. Isto é, a reificação como uma sorte de força material da análise efetiva da prática social nas sociedades capitalistas. Neste sentido a função de representação constitui o psiquismo da classe burguesa. Cf. Lefebvre, Henri (1901 – 1991): "Psicologia das Classes Sociais", in Gurvitch e al.: 'Tratado de Sociologia - vol.2' (Traité de Sociologie), Porto, Iniciativas Editoriais, 1968, pp.505 a 538 (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1960).

^{xiii} ib. ibidem

^{xiv} Veja a conhecida obra de Max Weber sobre o alcance da ética protestante na formação do capitalismo.

^{xv} Adorno, Theodor W. (1903 - 1969): "*Prismas: la Critica de la Cultura y la Sociedad*", tradução de Manuel Sacristán, Barcelona, Ariel, 1962, 292 pp. (Original em Alemão: Prismen. Kulturkritik und Gesellschaft. Berlin, Frankfurt A.M. 1955). Utilizo neste texto vários conhecimentos tirados da sociologia crítica da cultura.

^{xvi} Veja Nota Complementar sobre a transformação das necessidades.

^{xvii} Veja Adorno, Theodor W. (1903 - 1969): "*Prismas: la Critica de la Cultura y la Sociedad*", pág.114.

^{xviii} O complexo de impotência de que se trata nada tem a ver com a impotência que, no estudo das fases do desenvolvimento psico-sexual - diferenciação do complexo de Édipo -, os psicoanalistas relacionam no final da amamentação para designar a vivência do bebê, quando a mãe começa a substituir o peito e tem lugar o processo de separação mãe/filho. Atribui-se a Melanie Klein a descrição da vivência do bebê, nesse processo de ruptura, como "fase depressiva".

^{xix} Veja Adorno, Theodor W. (1903 - 1969): "*Prismas: la Critica de la Cultura y la Sociedad*", tradução de Manuel Sacristán, Barcelona, Ariel, 1962, 292 págs. - (em Alemão: *Prismen. Kulturkritik und Gesellschaft*, Berlin, Frankfurt A.M. 1955), págs. 102, 103 sq.

^{xx} Veja Adorno, Theodor W. (1903 - 1969): "*Prismas: la Critica de la Cultura y la Sociedad*", tradução de Manuel Sacristán, Barcelona, Ariel, 1962, 292 págs. - (em Alemão: *Prismen. Kulturkritik und Gesellschaft*, Berlin, Frankfurt A.M. 1955).

^{xxi} T. W. Adorno assinala que a unidade de natureza e espírito, como tema central da filosofia burguesa, foi concebida na especulação idealista como a suprema reconciliação.

^{xxii} El utilitarismo fue propuesto originalmente durante los siglos XVIII y XIX en Inglaterra por Jeremy Bentham (1748 - 1832) e promovido por John Stuart Mill (1806 — 1873).

^{xxiii} Gurvitch, Georges (1894-1965): "A Vocação Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas", tradução da 3ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1986, 567 pp. (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1957).

^{xxiv} Efeitos esses mensurados pela "Ecological Footprint" (Huella Ecológica ou Marca Ecológica) de que nos fala o "Living Planet Report 2008"- http://www.panda.org/about_our_earth/all_publications/living_planet_report/

^{xxv} Segundo Elise Lowy, "la prise de conscience des dangers du productivisme s’amorce avec le concept d’éco-développement lancé par Ignacy Sachs au séminaire de Founex en Suisse en 1971, avec le Rapport Meadows du Club de Rome qui paraît en 1972, ou encore avec la Conférence des Nations Unies sur l’environnement tenue la même année à Stockholm". Cf. *Petite histoire du productivisme*, publié le jeudi 3 janvier 2008 na Web Les Verts <http://economie-social.lesverts.fr/spip.php?article281>

^{xxvi} Tais como a "Poupança líquida ajustada" (NAS) do Banco Mundial = Adjusted net savings (NAS) of the World Bank.

^{xxvii} Isto se pode ver no excelente artigo de 19/06/2009 na seção *economie* junto à Web da notável

Attac France – Pré-rapport de la Commission Stiglitz, veja aqui o link:

<http://www.france.attac.org/spip.php?article10102>

^{xxviii} Alguns filósofos influentes inseridos nesse contexto do capitalismo de autorregulação, desconhecedores da reificação, como Karl Popper, acreditando equivocadamente ser assim a natureza das coisas, sustentaram que o mundo dos produtos e recursos, incluindo os acervos do conhecimento, como livros, bibliotecas, teorias, é um mundo não humano, que conforma do exterior o comportamento dos indivíduos. Veja: Popper, Karl: '*Conhecimento Objetivo: uma abordagem evolucionária*', Edusp / editora Itatiaia, 1975.



